

CIDADANIA NO BRASIL: O longo caminho

RENATO RODRIGUES LIMA

Especialista em Gestão Pública pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR. Mestrado em Ciências Humanas: Sociedade, Cultura e Linguagens pela Universidade de Santo Amaro-UNISA e Mestrando em Modelagem de Sistemas Complexos pela Universidade de São Paulo-USP.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

José Murilo de Carvalho é o sexto ocupante da Cadeira número cinco da Academia Brasileira de Letras. Ele foi eleito em 11 de março de 2004, sucedendo a escritora Rachel de Queiroz. Nasceu em Andrelândia, MG, em 8 de setembro de 1939.

É Bacharel em Sociologia e Política pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, 1965. Concluiu o Mestrado em Ciência Política pela Universidade de Stanford, Califórnia, 1969 e o Ph.D em Ciência Política, Universidade de Stanford, 1975.

Possui, ainda, especialização em Metodologia de Pesquisa, Universidade de Michigan, 1967; Pós-Doutorado pelo Departamento de História, Universidade de Stanford, 1976-77 e Pós-Doutorado pela Universidade de Londres, 1982.

O livro *Cidadania no Brasil* está dividido em quatro capítulos, os quais são detalhados adiante:

- Introdução: mapa da viagem;
- Capítulo I: Primeiros passos (1822-1930);
- Capítulo II: Marcha acelerada (1930-1964);
- Capítulo III: Passo atrás, passo adiante (1964-1985);
- Capítulo IV: A cidadania após a redemocratização

Na introdução o autor procura mostrar ao leitor o panorama da produção da democracia no território brasileiro.

De acordo com Carvalho, o trabalho para se consolidar a democracia no Brasil foi reforçado a partir do final da ditadura militar que ocorreu no ano de 1985, sendo que uma das marcas deste período foi o emprego intenso das expressões cidadão e cidadania.

Apesar de boa parte da população não possuir garantia de liberdade, de participação, de segurança, de desenvolvimento, de emprego e justiça social, os quais realmente os tornariam cidadãos de fato, o uso desta expressão se tornou popular, batizando, inclusive, a nova carta magna elaborada em 1988, como a “Constituição Cidadã”.

O primeiro capítulo fala do período compreendido entre 1822 e 1930, ou seja, até a conquista da presidência da república por Getúlio Vargas. Carvalho discute, em seguida, a complexidade do fenômeno da cidadania reforçando que:

O exercício de certos direitos, como a liberdade de pensamento e o voto, não gera automaticamente o gozo de outros, como a segurança e o emprego. O exercício do voto não garante a existência de governos atentos aos problemas básicos da população. Dito de outra maneira: a liberdade e a participação não levam automaticamente, ou rapidamente, à resolução de problemas sociais. Isto quer dizer que a cidadania inclui várias dimensões e que algumas podem estar presentes sem as outras. Uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível. Mas ele tem servido de parâmetro para o julgamento da qualidade da cidadania em cada país e em cada momento histórico. (CARVALHO, 2015, p.14-p.15)

Ainda, o autor destaca que é comum dividir a cidadania em direitos civis, políticos e sociais, acreditando-se que o cidadão integral seria aquele que possui os três direitos. De forma esclarecedora, Carvalho explica que os três direitos podem ser resumidos da seguinte forma:

- a) Direitos civis: referem-se aos direitos fundamentais à liberdade, à propriedade, à vida, à igualdade diante da lei, os quais podem ser desdobrados em: garantia de ir e vir, de organização, de escolha do trabalho, de manifestação do pensamento,

- de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis em vigor, de ter respeitada a inviolabilidade do seu lar e da sua correspondência; e ser condenado, somente, após um processo legal regular. Estes direitos pressupõe a independência da justiça, além de sua eficiência, e facilidade no acesso para toda sociedade, garantindo as relações entre as pessoas e um ambiente propício ao desenvolvimento socioeconômico;
- b) Direitos sociais: são aqueles que garantem a distribuição da riqueza entre as esferas da sociedade, incluindo itens como: o direito ao trabalho, à educação, à aposentadoria, ao salário justo e saúde de qualidade. Os direitos sociais dependem de uma administração pública eficiente, distante dos exemplos comuns no Brasil, de má gestão do dinheiro público;
- c) Direitos políticos: tratam-se daqueles ligados à participação do cidadão no governo da sociedade, tendo como premissas a capacidade de fazer demonstrações políticas, de votar e ser votado, poder organizar partidos etc. Os Direitos políticos têm como base a existência de partidos políticos atuantes e um parlamento livre e representativo, os quais dão legitimidade à organização política da sociedade.

O autor continua sua análise explicando que a educação é fundamental para que o indivíduo possa exercer sua cidadania, pois auxilia os indivíduos na compreensão de seus direitos e em sua organização para cobrar das autoridades ações para promoção da liberdade, justiça social, desenvolvimento socioeconômico etc.

Para Carvalho, em geral, o processo de cidadania inicia com a aquisição dos direitos civis. O indivíduo de posse de seus direitos civis tem liberdade para pensar, agir e manifestar suas opiniões e escolhas, com isso o indivíduo começa a exercer seus direitos políticos e participar das decisões que impactam sua vida e de sua sociedade e, finalmente, a participação política possibilita a reivindicação dos direitos sociais, a fim de melhorar a qualidade de vida do indivíduo e da comunidade em que está inserido.

Na visão do autor, nem todos os países seguem a mesma sequência de aquisição dos direitos (civis, políticos e sociais), o que favorece a exploração do indivíduo por grupos econômicos, políticos entre outros.

No caso do Brasil, Carvalho explica que em muitos momentos houve ênfase em direitos sociais, para suprir a falta dos outros direitos (políticos e civis), ou seja, houve manipulação dos recursos públicos para se promover direitos sociais como moradia, transporte, saúde, educação, previdência social e trabalho, a fim de calar a população e principalmente os grupos que poderiam se manifestar contra a redução dos direitos civis e políticos. Isso foi comum, principalmente nos governos militares e durante os governos populistas como os de Getúlio Vargas e João Goulart.

O primeiro capítulo aborda o período compreendido entre a independência do Brasil no ano de 1822 e 1930 quando ocorreu o fim da Primeira República.

Carvalho é enfático ao informar que “do ponto de vista do progresso da cidadania, a única alteração importante que houve nesse período foi a abolição da escravidão, em 1888”, porque a abolição incluiu os ex-escravos aos direitos civis.

Entretanto, o autor alerta que a incorporação foi mais formal do que real, pois os negros ganharam a liberdade, mas diferente do que foi oferecido para alguns dos imigrantes, não receberam terras ou qualquer apoio governamental para melhorarem sua condição de vida e ajudarem no desenvolvimento da nação.

O autor relata que a partir da proclamação da independência de Portugal no ano de 1822 nosso país teve uma herança constrangedora para a cidadania, ou seja, no período de 1500 a 1822, os colonizadores construíram um enorme país com unidade territorial, linguística, cultural e religiosa, porém, deixaram uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado absolutista. Portanto poder-se-ia dizer que à época da independência, não existiam cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira.

Desde seu nascimento o Brasil fez parte de um projeto de conquista de povos seminômades, na idade da pedra polida, por europeus detentores de tecnologia muito mais avançada, que dominaram e exterminaram, pela guerra, pela escravização e pela

doença, milhões de indígenas, além de explorarem as riquezas naturais como o pau brasil, com o apoio mútuo entre o governo colonial e seus aliados particulares.

O grande latifúndio, a plantação de cana de açúcar, a pecuária, mineração, manutenção dos privilégios da elite e escravidão foram a marca registrada do período analisado.

Em relação a escravidão o autor destaca que o histórico deste processo ocorreu da seguinte forma:

Os escravos começaram a ser importados na segunda metade do século XVI. A importação continuou ininterrupta até 1850, 28 anos após a independência. Calcula-se que até 1822 tenham sido introduzidos na colônia cerca de 3 milhões de escravos. Na época da independência, numa população de cerca de 5 milhões, incluindo uns 800 mil índios, havia mais de 1 milhão de escravos. Embora concentrados nas áreas de grande agricultura exportadora e de mineração, havia escravos em todas as atividades, inclusive urbanas. Nas cidades eles exerciam várias tarefas dentro das casas e na rua. Nas casas, as escravas faziam o serviço doméstico, amamentavam os filhos das senhores, satisfaziam a concupiscência dos senhores. Os filhos dos escravos faziam pequenos trabalhos e serviam de montaria nos brinquedos dos senhores. Na rua, trabalhavam para os senhores ou eram por eles alugados. Em muitos casos, eram a única fonte de renda de viúvas. Trabalhavam de carregadores, vendedores, artesãos, barbeiros, prostitutas.

Alguns eram alugados para mendigar. Toda pessoa com algum recurso possuía um ou mais escravos. O Estado, os funcionários públicos, as ordens religiosas, os padres, todos eram proprietários de escravos. Era tão grande a força da escravidão que os próprios libertos, uma vez livres, adquiriam escravos. A escravidão penetrava em todas as classes, em todos os lugares, em todos os desníveis da sociedade: a sociedade colonial era escravista de alto a baixo. (CARVALHO, 2015, p.25-p.26)

Para Carvalho (2015) “escravidão e grande propriedade não constituíam ambiente favorável à formação de futuros cidadãos. Os escravos não eram cidadãos, não tinham os direitos civis básicos à integridade física (podiam ser espancados), à liberdade [...].

Quanto aos movimentos de reivindicação e conquistas adquiridas pelos trabalhadores no período de 1822 a 1930, os mais emblemáticos foram:

- a) Revolta da armada: trata-se de um conflito liderado pela Marinha brasileira, que estava insatisfeita com o governo de [Marechal Deodoro da Fonseca](#);

-
- b) Revolta de Canudos: um homem conhecido como Antônio Conselheiro se juntou aos sertanejos que estavam descontentes com a exploração dos coronéis no Nordeste e, fundou em 1893 na Bahia, a cidade de Canudos. Estes indivíduos criaram uma comunidade chamada Canudos e seguiam Antônio Conselheiro, que acreditavam ser um emissário de Deus vindo para abolir as desigualdades sociais e as perversidades da República, como a cobrança dos altos impostos. A igreja perdendo fiéis e os coronéis seus trabalhadores solicitaram apoio do governo que tentou diversas vezes destruir Canudos até obter êxito;
- c) Contestado: Trata-se de um conflito armado ocorrido na região Sul do Brasil, entre 1912 1916, envolvendo cerca de 20 mil camponeses que enfrentaram forças militares dos poderes federal e estadual. Recebeu o nome de Guerra do Contestado, porque aconteceu numa área de disputa territorial entre os estados do Paraná e Santa Catarina e, eclodiu devido a construção de estrada de ferro entre São Paulo e Rio Grande do Sul, com desocupação de terras e casas da população pobre que ficou desalojada;
- d) Revolta da vacina: aconteceu durante a gestão do prefeito Pereira Passos, em 1904, na cidade do Rio de Janeiro e, era um movimento contrário a obrigatoriedade de vacinação contra a varíola, sendo que a população foi inflamada pela notícia de que os agentes de saúde tocariam as partes íntimas de suas esposas e filhas. Além disso já existia insatisfação pela política de limpeza da cidade, com retirada dos pobres do centro e derrubada das suas casas, a fim de criar a Paris dos trópicos;
- e) Tenentismo: durante a década de 1920 aumentaram as críticas ao governo federal que defendia apenas os interesses das oligarquias e perpetuava situações inconcebíveis como o voto de cabresto, as elevadas taxas de analfabetismo e a debilidade de nossas incipientes indústrias. Este movimento foi criado e conduzido por tenentes e outros jovens militares, que eram contrários aos poderosos da nação. A “Revolta dos Dezoito do Forte de Copacabana” e a “Coluna Prestes” são dois exemplos de eventos mobilizados a partir das ideias tenentistas;

- f) Criação de uma Caixa de Aposentadoria e Pensão para os funcionários ferroviários no ano de 1923, cujas principais características foram a contribuição dividida entre o governo, os operários e os patrões; administração atribuída a representantes de patrões e operários, sem interferência do governo; organização por empresa e, três anos depois foi criado um instituto de previdência para os funcionários da união;

Para Carvalho o ano de 1930 foi um divisor de águas na história do país, pois a partir daquele ano ocorreu a aceleração das mudanças sociais e políticas.

O autor destaca que a mudança mais espetacular se verificou no avanço dos direitos sociais, tendo como uma das primeiras medidas do governo revolucionário, a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Em seguida, criou-se grande legislação trabalhista e previdenciária, completada em 1943 com a Consolidação das Leis do Trabalho e, a partir disso a legislação social não parou de ampliar sua abrangência.

Os fatos mais marcantes deste período foram os seguintes:

- a) A revolução de 1930 em que Getúlio Vargas tomou o poder com o apoio dos militares e da elite do rio Grande do sul e Minas Gerais que viam a força do estado de São Paulo crescendo e tendo que ser combatida;
- b) Renúncia do presidente Jânio Quadros sem motivos claros, dando lugar à João Goulart, que acusado de aliança com os comunistas e intenção de fazer uma revolução como a ocorrida na União Soviética foi contido pelos militares que tomaram o poder;
- c) A ditadura instalada no Brasil a partir de 1964 deu origem a cassação de direitos políticos, prisões, demissões e todo tipo de perseguição aos indivíduos que fossem contrários as ideias e ações dos militares.

Devido a impopularidade de algumas das suas medidas, ao aumento do gasto público que se tornou insustentável a partir das crises do petróleo que elevaram as dívidas do governo brasileiro e a posse do presidente militar João Figueiredo de uma ala

mais moderada das forças armadas, a ditadura foi sendo abrandada até dar espaço para retomada da democracia no Brasil em 1984.

O deputado Dante de Oliveira apresentou em 1982 projeto de emenda constitucional para garantir direito a eleição direta e, apesar da emenda não ter sido aprovada, em 1985, depois da pressão da sociedade foi eleito indiretamente Tancredo Neves, que veio a falecer dando lugar à José Sarney como presidente da república.

No governo Sarney aconteceram várias ações (planos Cruzado, Cruzado II, Bresser e Verão) para combate à inflação, as quais não conseguiram acabar com este mal que reduz o poder de compra dos mais pobres (planos Cruzado, Cruzado II, Bresser e Verão), além disso foi promulgada a nova constituição de 1988 que trouxe mais direitos aos cidadãos.

Após o governo Sarney ganhou as eleições Fernando Collor de Mello que tentou combater a inflação com o confisco do dinheiro nos bancos, o que não gerou o resultado pretendido e somado com a crise política pelas acusações de desvio dos recursos públicos culminou no processo de *impeachment* de Fernando Collor. Assumiu a presidência da república Itamar Franco, político experiente de Minas Gerais que organizou uma equipe econômica liderada pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso, a qual obteve êxito no combate à inflação por meio das medidas adotadas no Plano Real.

Desde então assumiram de forma democrática o poder executivo brasileiro Fernando Henrique Cardoso (duas vezes), Luiz Inácio Lula da Silva (duas vezes) e Dilma Vana Rousseff (duas vezes).

A democracia brasileira continua em evolução e o processo de cidadania é contínuo, haja vista as manifestações de 2013 que iniciaram-se pela reivindicação de tarifas de ônibus mais realistas em relação a renda da população e, se espalharam para outras cobranças como o fim da maioria penal, punição dos casos de corrupção, expansão dos direitos sociais etc. atualmente fala-se do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Vana Rouseff, devido aos problemas na administração das contas públicas, os desvios de recursos na Petrobrás entre outros problemas que necessitam de

investigação e provas para qualquer medida contra a presidente eleita de forma democrática.

Recebido em: 12-08-2016 / Aprovado em: 20-02-2017